



ANPEC – Economia Brasileira

Prof. Antonio Carlos Assumpção

Parte 4 : Os Governos Militares: O II PND e a “Crise da Dívida

O II PND

- Em 15/3/74 posse de Ernesto Geisel, com Mário Henrique Simonsen na Fazenda e João Paulo dos Reis Velloso no Planejamento.
- **Problemas:**
 - Inflação reprimida (controles de preços em 1972 e 1973).
 - Primeiro choque do petróleo.
- **A taxa de inflação subiu de 15,5% em 73 para 34,5% em 74.**
- Além dos dois fatores citados anteriormente (inflação reprimida e o primeiro choque do petróleo), também houve uma forte expansão monetária (38% em 72 contra 48% em 73).

O II PND

- A demanda por energia, particularmente por petróleo, aumentou consideravelmente durante o “Milagre Econômico”.
- A participação do petróleo no consumo total de energia primária elevou-se de 34% em 1971 (primeiro dado disponível) para 40% em 1973.
- O consumo aparente* de petróleo cresceu continuamente durante o “milagre”, saltando de 21 milhões de metros cúbicos em 1967, para 46 milhões em 1973.
- No mesmo período, a importação do insumo elevou-se de 59% do consumo interno para 81%.

* - Consumo aparente → produção industrial doméstica líquida das exportações e acrescida das importações.

O II PND

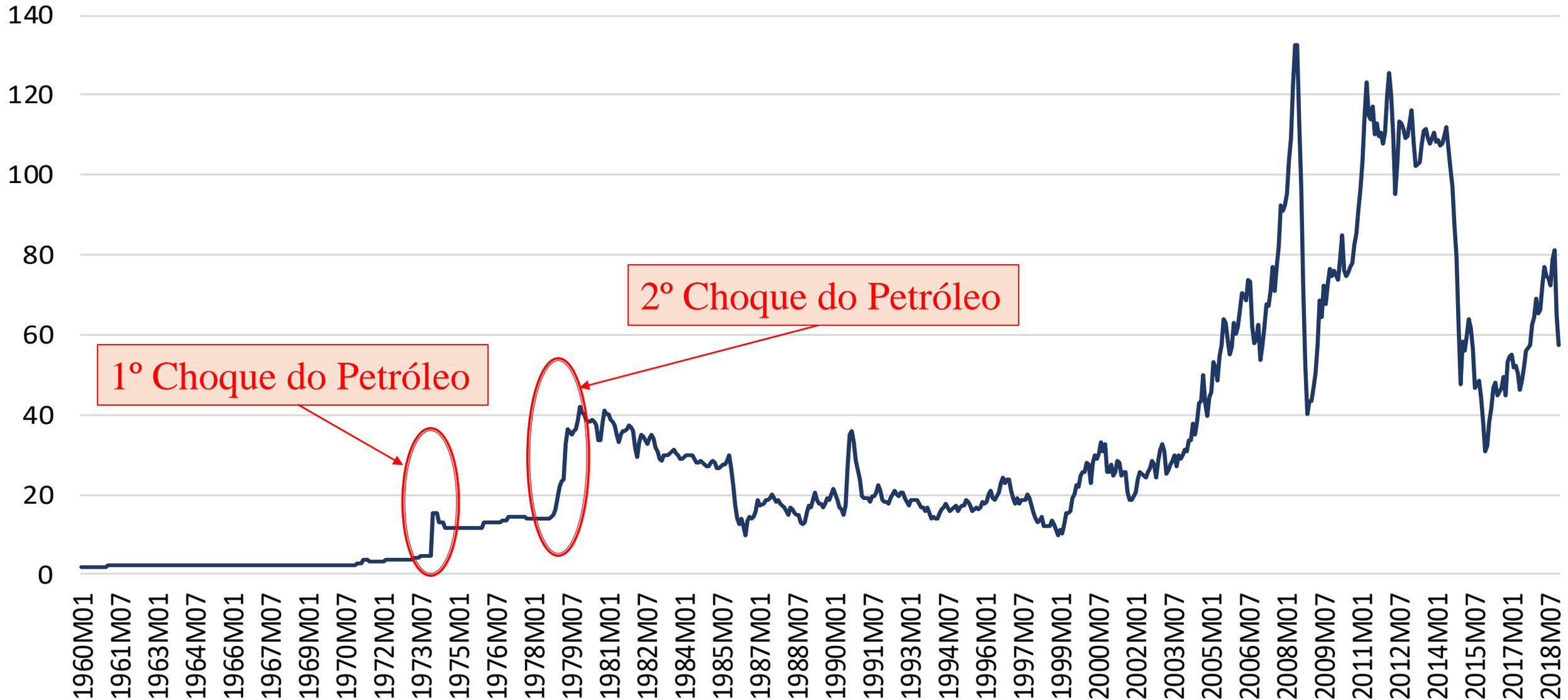
- **Forte impacto do choque do petróleo sobre as contas externas : i) demanda por petróleo bastante inelástica e ii) dificuldades em exportar (recessão mundial).**
- O déficit em conta corrente em 74 foi de US\$ 7,1 bilhões, superior ao déficit acumulado entre 1967 e 1973.
- A dívida externa do Brasil aumenta de US\$ 20,03 bilhões para US\$ 52,19 bilhões em 1978.
- Mesmo com as exportações atingindo US\$ 20,1 bilhões em 1982, a relação dívida externa líquida / exportações atingiu o valor de 3,18 em 1978. Esse coeficiente vinha diminuindo e atingiu 1,86 em 1974.

O II PND

- **Choque do Petróleo, Recessão Mundial e Liquidez Internacional**
- As dificuldades dos países em desenvolvimento no comércio internacional foram combinadas com facilidades de obtenção de empréstimos externos.
- A partir de 1974, as receitas de exportação dos países membros da OPEP começaram a migrar para os países industrializados, em busca de retorno financeiro → Mercado de “Petrodólares”.
 - Maior liquidez e taxas de juros menores.
- Esse processo seria interrompido em 1979/1980 por uma combinação de fatores: **i)** segundo choque do petróleo, **ii)** aumento dos juros americanos e **iii)** endividamento já elevado de diversos países em desenvolvimento.

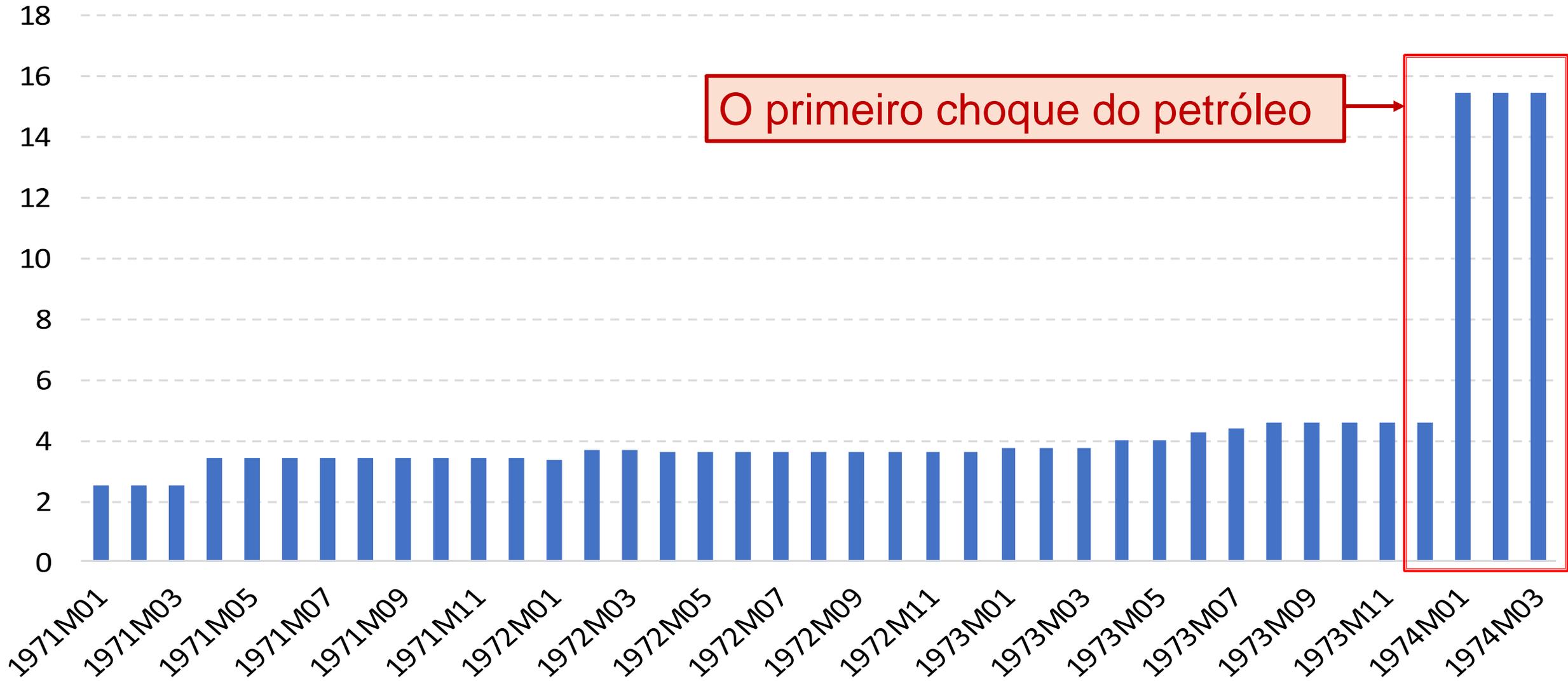
O II PND

Preço do Petróleo - Brent (US\$) - 1960/1 - 2018/12



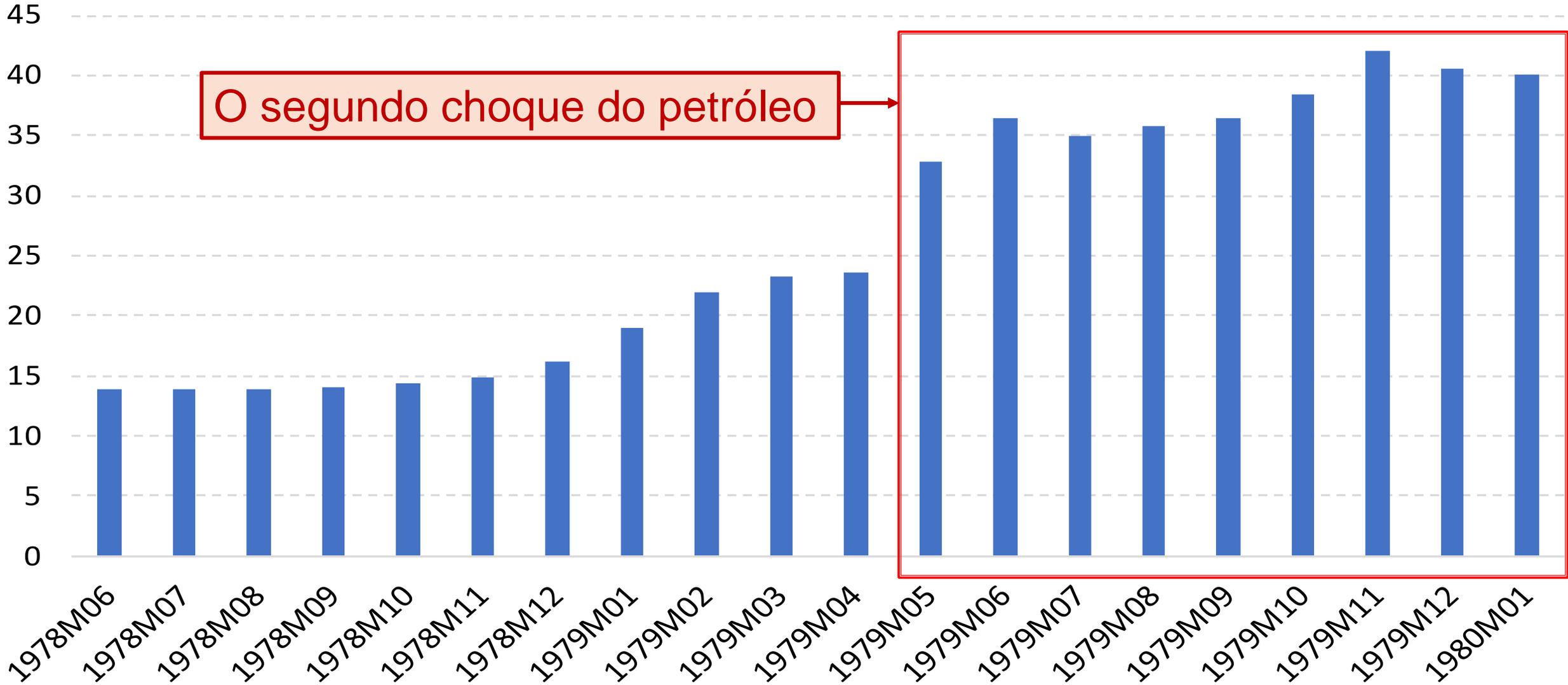
O II PND

Preço do Petróleo - Brent (US\$)



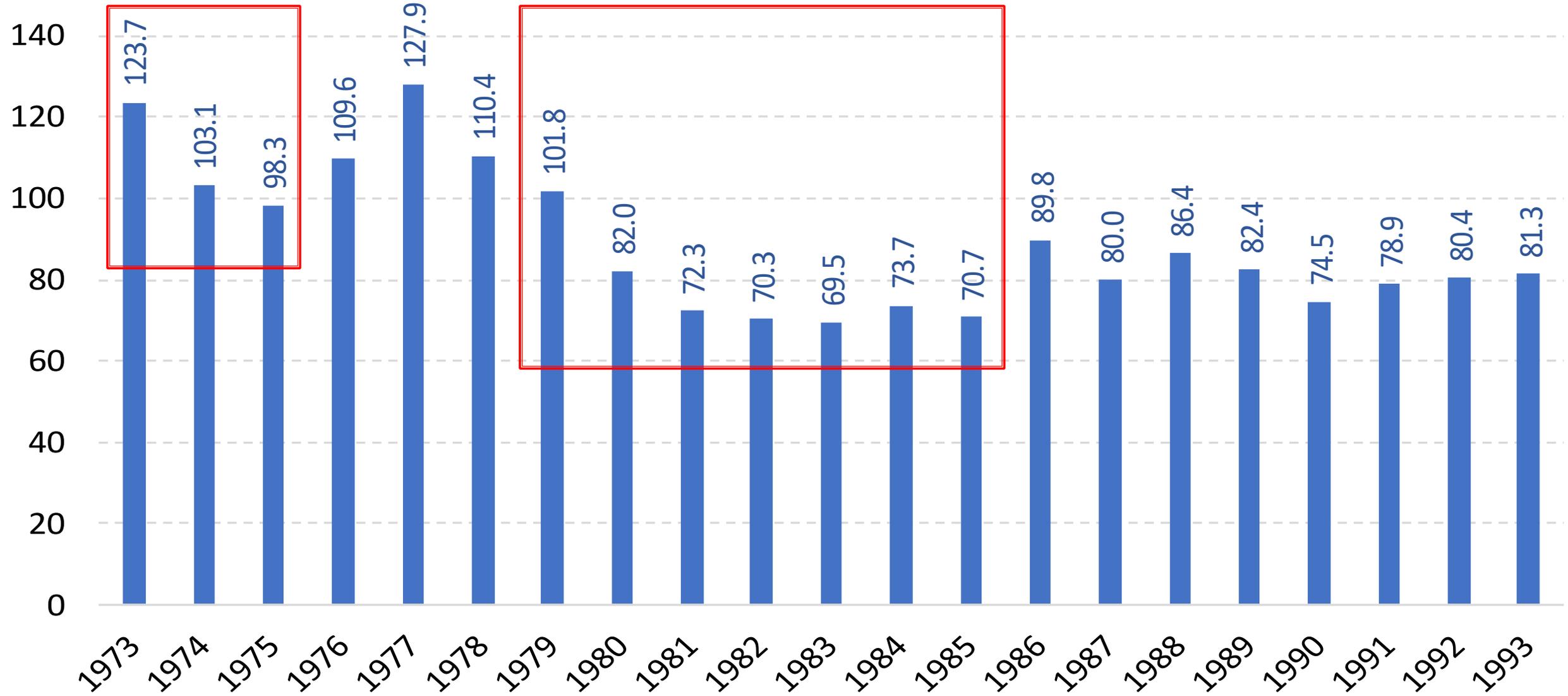
O II PND

Preço do Petróleo - Brent (US\$)



O II PND

Termos de Troca - Index (média 2006 = 100)



O II PND

- Em geral, choques adversos de oferta (como o de 1973) são enfrentados com desvalorização da taxa de câmbio (aumentar as exportações) e elevação das taxas de juros (conter a demanda e, com isso, a pressão sobre a inflação).
- Nosso câmbio real não foi desvalorizado em relação ao dólar, mas foi desvalorizado em relação a uma cesta de moedas, mas não muito.

O II PND

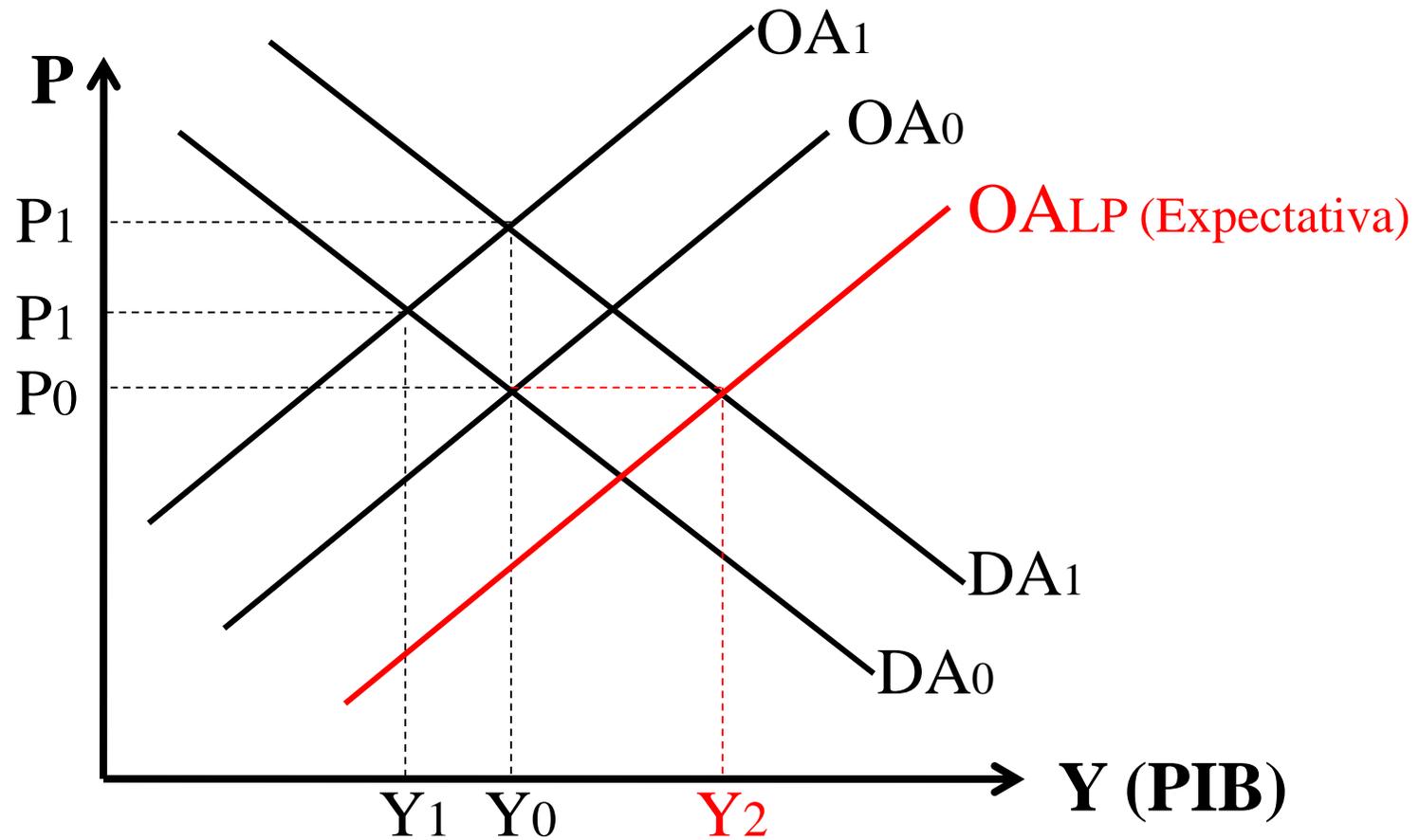
- **Várias restrições impostas às importações:**
 - Quantitativas.
 - Elevação de Tarifas.
 - Depósito prévio para importações.
- Veremos que, como resposta ao primeiro choque do petróleo, durante o período do II PND tivemos a volta ao processo de **substituição de importações**, concentrado nos setores de **bens de capital e insumos básicos**, com uma crescente **estatização** da economia brasileira.
 - Aproximadamente 400 estatais/subsidiárias foram criadas.

O II PND

- **A estratégia brasileira** → ajuste de longo prazo a ser obtido através da realização maciça de investimentos voltados para a substituição de importações → produção de bens de capital e formação de infraestrutura básica → o PIB cresceu 6,71% a.a. entre 1974 e 1979 (planejava-se um crescimento de 10% a.a.)
- **“Objetivo superior à crise”** → tentativa de superar a barreira do desenvolvimento (complementar o PSI), com um aumento das exportações e diversificação da pauta de exportações.
- A dívida externa aumentou consideravelmente durante o período (em US\$ e em relação às exportações), assim como a inflação.
- Os investimentos do período foram sentidos no início da década de 1980 → a economia brasileira estava mais industrializada, competitiva e exportando mais e com uma pauta mais diversificada.

O II PND

Resposta Brasileira ao Choque do Petróleo



O II PND

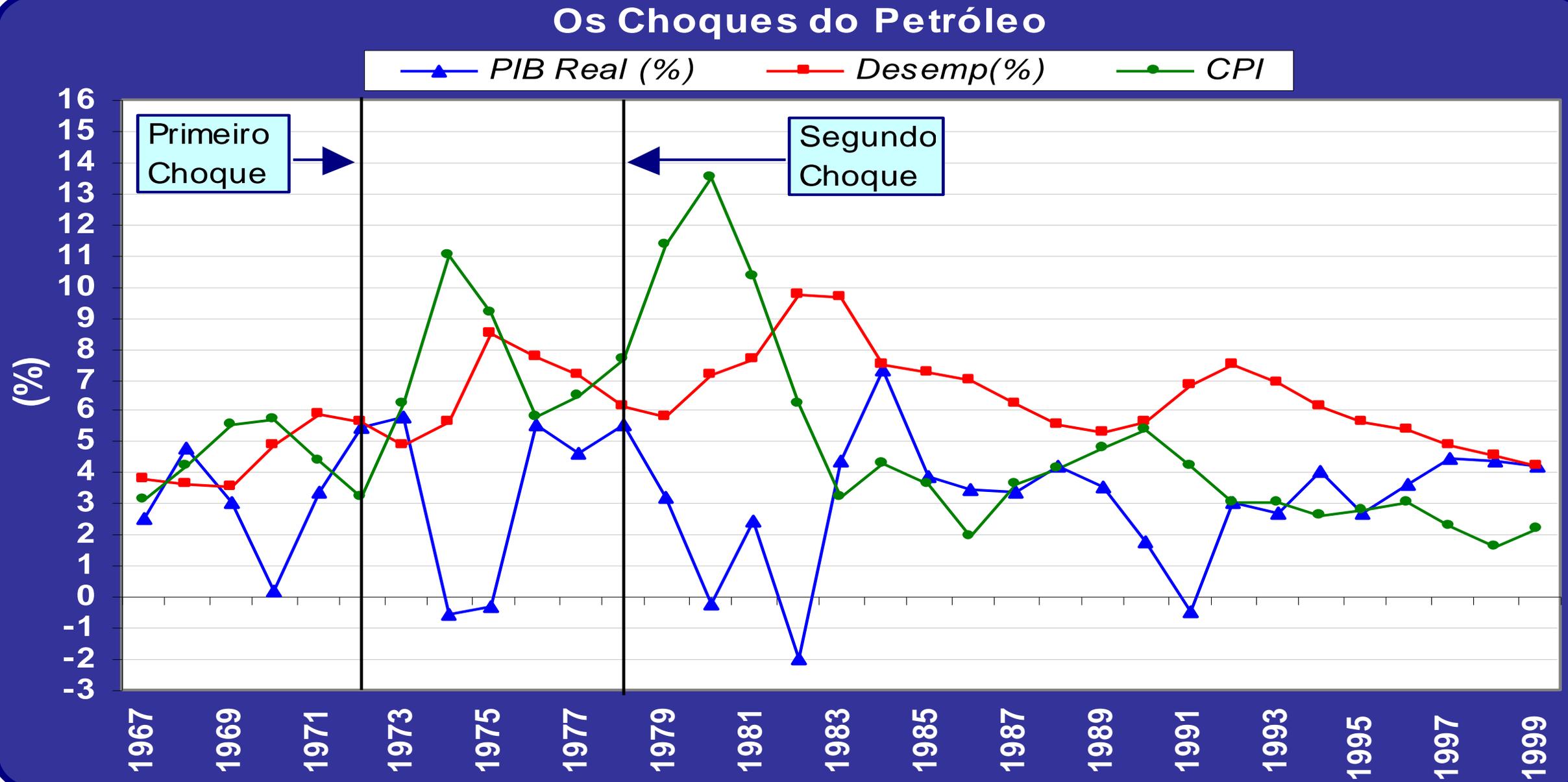
- A resposta brasileira ao choque foi tímida em relação a contenção da demanda, evitando uma forte recessão, mas elevando muito o nível de preços e agravando o problema sobre o balanço de pagamentos.
- A expectativa era de que, no longo prazo, o aumento da oferta reduzisse a inflação e resolvesse os problemas de balanço de pagamentos → **Ajuste Estrutural da Economia Brasileira.**

O II PND

■ **As Críticas:**

- Analisando hoje as medidas, quando o segundo choque do petróleo (1979) e o choque de juros nos EUA (1979/1980) fazem parte do conjunto de informações, parece que uma desvalorização cambial mais agressiva e um maior controle da demanda teria sido uma política mais adequada.
- Essa foi a estratégia adotada por diversos países importadores de petróleo, mas não se sabe ao certo se o objetivo era o ajuste do balanço de pagamentos ou uma resposta a um choque adverso de oferta contra a inflação → provavelmente tentava-se evitar ambos os problemas.

EUA e os Choques do Petróleo



O II PND

- Razões para a escolha brasileira, que foi diferente da escolha de outros países importadores de petróleo (hipóteses).
- Ajuste Conjuntural → certamente é uma escolha mais palatável quando se trata de um País mais rico (EUA).
- Momento político vivido pelo Brasil → alguém disse: quando a política vai mal a economia deve caminhar bem, de outra forma o governo cai !

O II PND

- **Mais especificamente, o II PND pretendia:**

- A ampliação da malha ferroviária, da rede de telecomunicações e da infraestrutura para produção e comercialização agrícola (mercado doméstico e exportações).
- Setor de bens de produção → foco na siderurgia, química pesada, metais não ferrosos e minerais não metálicos.
- Setor energético → petróleo e derivados, ampliação da capacidade de geração de energia hidrelétrica e desenvolvimento de fontes de energia alternativas aos derivados de petróleo, com ênfase no álcool combustível e na energia nuclear.

O II PND

▪ O Brasil no Início da Década de 1980

- Os problemas de balanço de pagamentos parecem ter sido parcialmente resolvidos com a maturação de investimentos no setor exportador.
 - Em **1984** a conta corrente do BP estava em equilíbrio.
- Aumento considerável do passivo externo líquido.
- Aumento considerável da taxa de inflação.
- Aumento da relação dívida/PIB.
- Vários projetos mostraram-se superdimensionados (acordo nuclear, açominas, ferrovia do aço, transamazônica ...).

O II PND

- O II PND foi viabilizado com intensa participação do setor público (principalmente as empresas estatais).
- **Financiamento** → empréstimos externos (principalmente das empresas estatais, com aval do governo) e recursos orçamentários.
- A taxa de investimento se expandiu durante o período e a participação do governo na FBKF, por conta do aumento do investimento das estatais, atingiu 40,2% entre 1974/1978, contra 33% entre 1971 e 1973.
- Combinação de compressão dos gastos correntes com a manutenção da carga tributária permitiram ao governo o aumento da FBKF → no período o superávit primário pouco se alterou.
- A carga tributária foi de 22,3% do PIB entre 1974 -1978.

O II PND

- A relação dívida/PIB aumentou durante o período, principalmente em função das operações de “esterilização” da entrada de capitais.
 - Banco Central comprando reservas internacionais para evitar a apreciação cambial. Para evitar a expansão monetária (esterilizar o aumento das reservas) o governo vende títulos da dívida pública.
- BNDE → função central no II PND era o financiamento dos investimentos privados, com base em linhas especiais de crédito a juros subsidiados. As estatais captavam recursos no exterior, muitas vezes acima das suas necessidades de investimentos, por conta das necessidades do balanço de pagamentos.
- A elevada liquidez internacional (a partir de 1975) e a retomada da economia mundial (1976/1977) foram condições indispensáveis à viabilização do II PND.

O II PND

▪ **A Substituição de Importações e a Mudança da Pauta Comercial**

a) O peso dos bens de capital importados na FBCF reduziu-se de 12,3% no período de 1971-1973 para 3,5% entre 1981-1983.

b) Na pauta de importações, a participação dos bens de capital caiu de 17,9% entre 1974-78 (primeiro dado disponível) para 9,3% na média de 1981-1983.

▪ Muitas são as dúvidas sobre a eficiência desse processo.

c) O peso do petróleo importado no consumo final de petróleo no Brasil, que foi crescente até 1979, quando atingiu 86%, caiu para 77% em 1983.

▪ A redução, de forma significativa, ocorre a partir de 1986.

O II PND

- **A Substituição de Importações e a Mudança da Pauta Comercial**

- **Efeitos sobre as exportações:**

a) As exportações (quantidade) aumentaram continuamente a partir de 1978 → crescimento superior ao crescimento do PIB (exceção foi o ano de 1982 ; auge da recessão mundial no período).

- Devemos levar em consideração, entre outras coisas, duas “maxidesvalorizações” cambiais no período (1979 e 1983).

b) A composição da pauta de exportações brasileira passou por mudanças importantes → i) o peso dos bens básicos nas exportações totais reduziu-se de 65% em 1973 para 32% em 1984 e ii) o peso relativo dos bens manufaturados aumentou de 23% para 56% no mesmo período.

O Governo Figueiredo

- **Situação no final da década de 70:**
 - Inflação elevada.
 - Dívida externa elevada.
 - Após o segundo choque do petróleo em 1979 o preço do barril ultrapassa US\$ 30.
 - Forte aumento das taxas de juros americanas para conter o processo inflacionário nos EUA.
 - Modificação das condições de financiamento internacional.
 - Desaquecimento da economia mundial.
 - Deterioração fiscal, com queda na arrecadação, aumento das transferências (destaque para os juros) e estatais deficitárias (1982)

O Governo Figueiredo

Prime Rate - Taxa Mensal Anualizada (%) - 1964-1984 (FED)



O Governo Figueiredo

- João Baptista de Figueiredo assume em 15/3/1979.
 - Ministro da Fazenda → Karlos Rischbieter, que permaneceu no cargo até 17/1/1980, sendo substituído por Ernane Galvêas.
 - Ministro do Planejamento → Mario Henrique Simonsen, que demitiu-se em 10/8/1979, sendo substituído por Delfim Netto.
- O período de 1979/1984 abriga três fases distintas quanto ao comportamento do PIB:
 - 1979 - 1980 → Elevadas taxas de crescimento (ainda).
 - 1981 - 1983 → Recessão.
 - 1984 → Recuperação puxada pelas exportações.

O Governo Figueiredo

- Dado o crescimento da inflação, a gestão se inicia com um conjunto de medidas restritivas → controle sobre os meios de pagamento e o crédito bancário (inclusive os empréstimos do BNDE), e as despesas com subsídios.
- Nova política cambial → promover desvalorizações reais da taxa de câmbio.
- Hedge Cambial → Resoluções 432 e 230 do Banco Central que permitiam a empresas e bancos transferirem seu risco de endividamento externo ao Bacen, por meio de depósitos em cruzeiros a este.

O Governo Figueiredo

- **O resumo** → inicialmente a política econômica dava mostras de ser bastante ortodoxa em resposta aos efeitos do segundo choque do petróleo e o choque de juros nos EUA, sendo fortemente centrada no controle da demanda.
 - A desvalorização do câmbio contribuiria para aliviar os efeitos sobre o balanço de pagamentos.
- A forte reação política as medidas adotadas levaram Simonsen a se demitir. Rischbieter seguiu o mesmo caminho.
- Quando Delfim assumiu (Ministério da Fazenda no lugar de Simonsen) houve uma profunda modificação no rumo da política econômica, que alguns chamaram de “heterodoxia Delfiniana”.

O Governo Figueiredo

- **O diagnóstico inicial de Delfim Netto.**
- O “estrangulamento” externo que afetava a economia brasileira em 1979 refletia, antes que um excesso generalizado de demanda, um desajuste de preços relativos que distorcia a distribuição dessa demanda entre os diversos setores.
- Diante dos novos choques externos, a taxa de câmbio deveria ser corrigida (depreciada), para promover o redirecionamento da demanda em favor dos bens de produção doméstica e estimular as exportações.
- Havia agora (comparativamente à gestão anterior) uma menor preocupação com o controle da demanda agregada.

O Governo Figueiredo

- **As principais medidas adotadas por Delfim foram:**
 - Controle sobre as taxas de juros.
 - Expansão do crédito para a agricultura, prevendo uma supersafra para 1980, ajudando a conter a inflação.
 - Criação da SEST (secretaria Especial das Empresas Estatais) para controlar o reajuste de preços das estatais.
 - Eliminação de alguns incentivos fiscais às exportações, eliminação do depósito prévio para importações e a revogação da lei do similar nacional → visava-se controlar o comércio externo via política cambial e tarifária.

O Governo Figueiredo

- **As principais medidas adotadas por Delfim foram:**
 - Estímulo à captação externa, com a redução dos impostos sobre a remessa de lucros.
 - Maxidesvalorização de 30% do cruzeiro em dezembro de 1979.
 - Prefixação da correção monetária e cambial em 50% e 45%, respectivamente, para o ano de 1980, visando combater a inflação com um “choque psicológico”.
 - Aprovação da nova lei salarial instituindo a semestralidade dos reajustes, bem como reajustes diferenciados por faixa salarial.
 - Trabalhadores que recebiam mais de 15 salários mínimos teriam garantida apenas parte do reajuste pela inflação passada (80%) → subindexação.

O Governo Figueiredo

- A inflação se acelerou em 1980 (choque do petróleo, maxidesvalorização cambial e descontrole da demanda), fazendo com que, em junho fosse abandonada a ideia de prefixação das correções monetária e cambial.
- O resultado em conta corrente também se deteriorou, mas agora com uma dificuldade adicional: um mercado de crédito internacional menos líquido e mais avesso ao risco.
 - Tanto em 79 quanto em 80 o saldo do balanço de pagamentos foi negativo (US\$ 3,2 e US\$ 3,4 bilhões), com o país perdendo reservas internacionais.
 - A maxidesvalorização de 30% acabou não contribuindo para a melhoria das contas externas → a inflação acabou eliminando o efeito sobre a taxa real de câmbio.

O Governo Figueiredo

- O Balanço de Pagamentos se deteriorou por várias razões:
 - a) O déficit comercial aumentou, puxado pelo aumento dos preços das importações (especialmente do petróleo) e, em 1979, também do *quantum* das importações.
 - b) A conta de rendas se deteriorou sensivelmente com o aumento dos juros internacionais.
 - c) os superávits da conta de capitais não foram suficientes para cobrir os déficits em CC → começa um período de maior aversão ao risco e menor liquidez internacional.
 - d) A maxidesvalorização de 30%, em termos nominais, foi anulada pela inflação.

O Governo Figueiredo

- Os problemas externos (petróleo e juros) culminaram com o que ficou conhecido como “setembro negro” (1982), com a insolvência argentina, polonesa e mexicana.
- Em 1982 o Brasil assina a primeira carta de intenções com o FMI (seriam sete na década de 80).
- **Observações:**
 - As negociações com o FMI foram iniciadas após as eleições de 15 de novembro e o acordo acertado ainda no final de 1982, mas a assinatura foi realizada em janeiro de 1983.
 - Antes mesmo da assinatura do acordo com o FMI houve uma reversão da política econômica: a “heterodoxia delfiniana” foi abandonada já em 1981.

O Governo Figueiredo

- Os problemas externos levam o Brasil a olhar de outra forma para a identidade do balanço de pagamentos.
- Se antes leitura era: dado o déficit em conta corrente, quanto devemos captar via conta de capitais, a leitura passou a ser: dado o crédito externo, qual o déficit em conta corrente que podemos ter.

O Governo Figueiredo

- A partir dessa leitura, acabamos fazendo um ajuste forçado no balanço de pagamentos, com as seguintes medidas:
 - Contenção da demanda agregada, com a contenção do déficit público (principalmente investimentos), aumento da taxa de juros interna e restrição ao crédito.
 - A elevação dos juros contribuiria para a redução da absorção doméstica, com impacto sobre a inflação e importações e também para a maior atratividade de capitais externos.
 - Mais uma maxi de 30% em 1983, estímulos às exportações, com subsídios, e contenção de alguns preços públicos.
- O Balanço de pagamentos se ajustou, mas enfrentamos uma recessão no período e a inflação se acelerou.

O Governo Figueiredo

- As NFSP atingiram 7,3% do PIB em 1982.
 - Aumento dos encargos financeiros.
 - Aumento do consumo do governo.
 - Erosão da receita tributária via efeito Tanzi.
 - A arrecadação real do governo será menor quanto maior a taxa de inflação, dada a distância temporal entre o fato gerador do tributo e sua efetiva coleta.
- No setor Externo (BP em 1984) → recuperação da economia mundial, retração das importações (baixo nível de atividade econômica) e os efeitos do II PND na substituição de importações.

O Governo Figueiredo

	Dívida Externa e Reservas Internacionais (US\$ Milhões)			Dívida Externa Líquida
	Dívida Externa Bruta	Reservas Internacionais	Dívida Externa Líquida	(% das Exportações de Bens)
1974	20032	5269	14763	1.86
1975	25115	4040	21075	2.43
1976	32145	6544	25601	2.53
1977	37951	7256	30695	2.53
1978	52187	11895	40292	3.18
1979	55803	9689	46114	3.02
1980	64259	6913	57346	2.85
1981	73963	7507	66456	2.85
1982	85487	3994	81493	4.04
1983	93745	4563	89182	4.07
1984	102127	11995	90132	3.34

O Governo Figueiredo

Indicadores Fiscais : 1974 - 1984 - Médias por Período (% do PIB)

Ano	% PIB	FBKF				
		Total	Privado	Composição		
				Pública		
				Total	Governo	Estatais
1970	18.8	100	61.3	38.7	23.5	15.2
1971-1973	20.2	100	67.2	32.8	19.6	13.2
1974-1978	22.3	100	59.8	40.2	16.4	23.8
1979-1980	23.5	100	71.2	28.8	10.2	18.6
1981-1983	22.4	100	69.7	30.3	10.4	19.9
1984	18.9	199	72.9	27.1	10.7	16.4

Fonte: IBGE

O consumo do governo inclui os subsídios e as transferências

O Governo Figueiredo

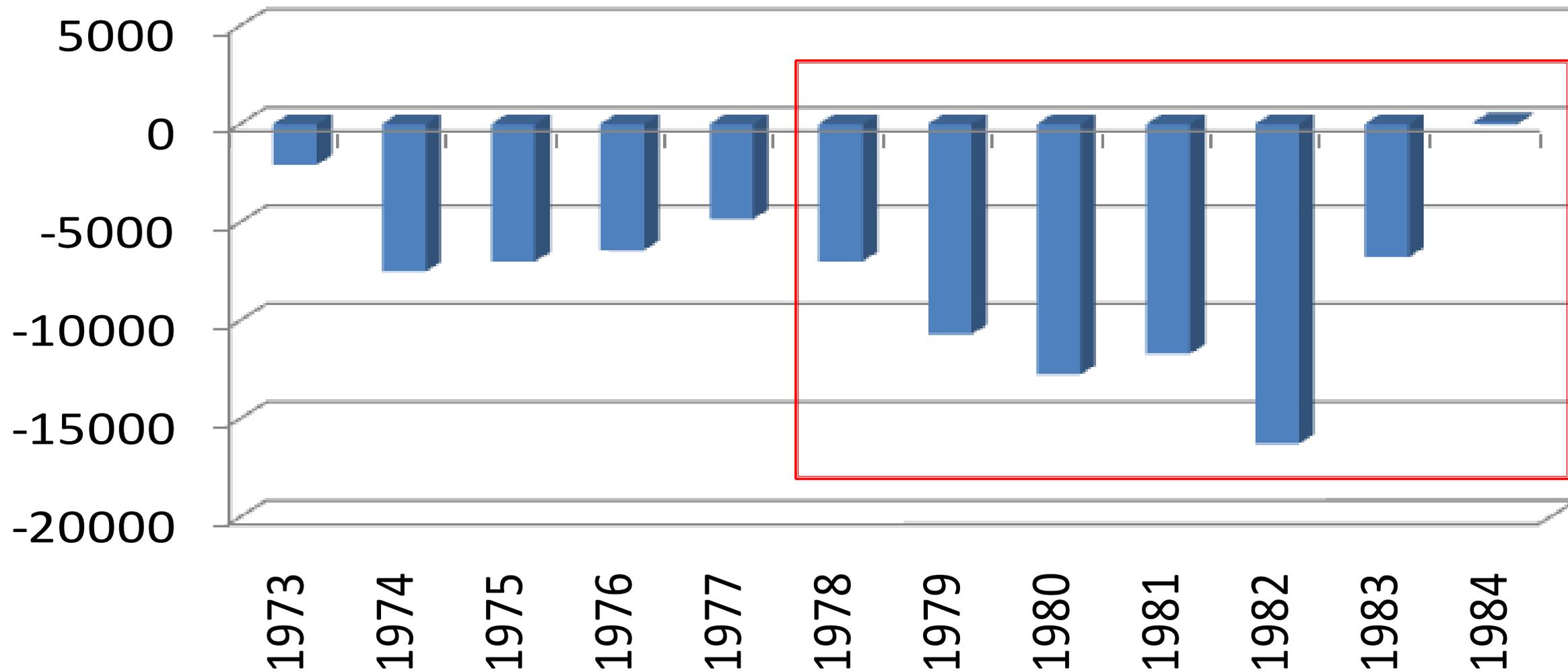
Indicadores Macroeconômicos: 1956-1963 - Médias Anuais por Período

	1974-1978	1979-1980	1981-1983	1984
Crescimento do PIB (% a.a.)	6.70	8.00	-2.20	5.40
Inflação (IGP - % a.a.)	37.20	93.00	129.70	223.90
FBKF (% PIB a Preços Correntes)	22.30	23.50	22.40	18.90
Taxa de Crescimento das Exportações de Bens (US\$ - % a.a.)	15.30	26.10	2.80	23.30
Taxa de Crescimento das Importações de Bens (US\$ - % a.a.)	17.20	29.50	-12.40	-9.80
Balança Comercial (US\$ milhões)	-2283.00	-2831.00	2818.00	13090.00
Saldo em Conta Corrente (US\$ milhões)	-6548.00	-11724.00	-11584.00	95.00
Dívida Externa Líquida / Exportação de Bens	2.50	2.90	3.70	3.30

Fontes: IBGE/Bacen e Abreu (1990)

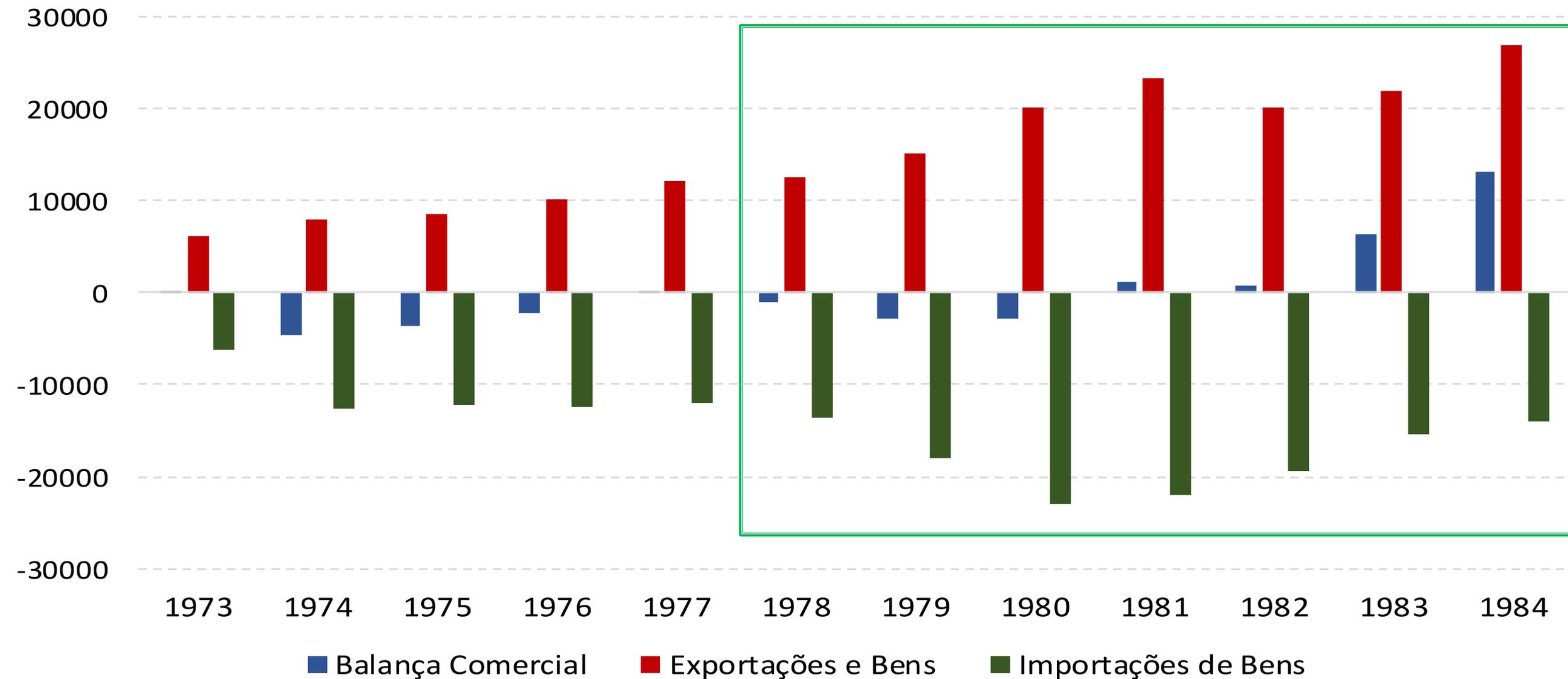
O Governo Figueiredo

■ TRANSAÇÕES CORRENTES



O Governo Figueiredo

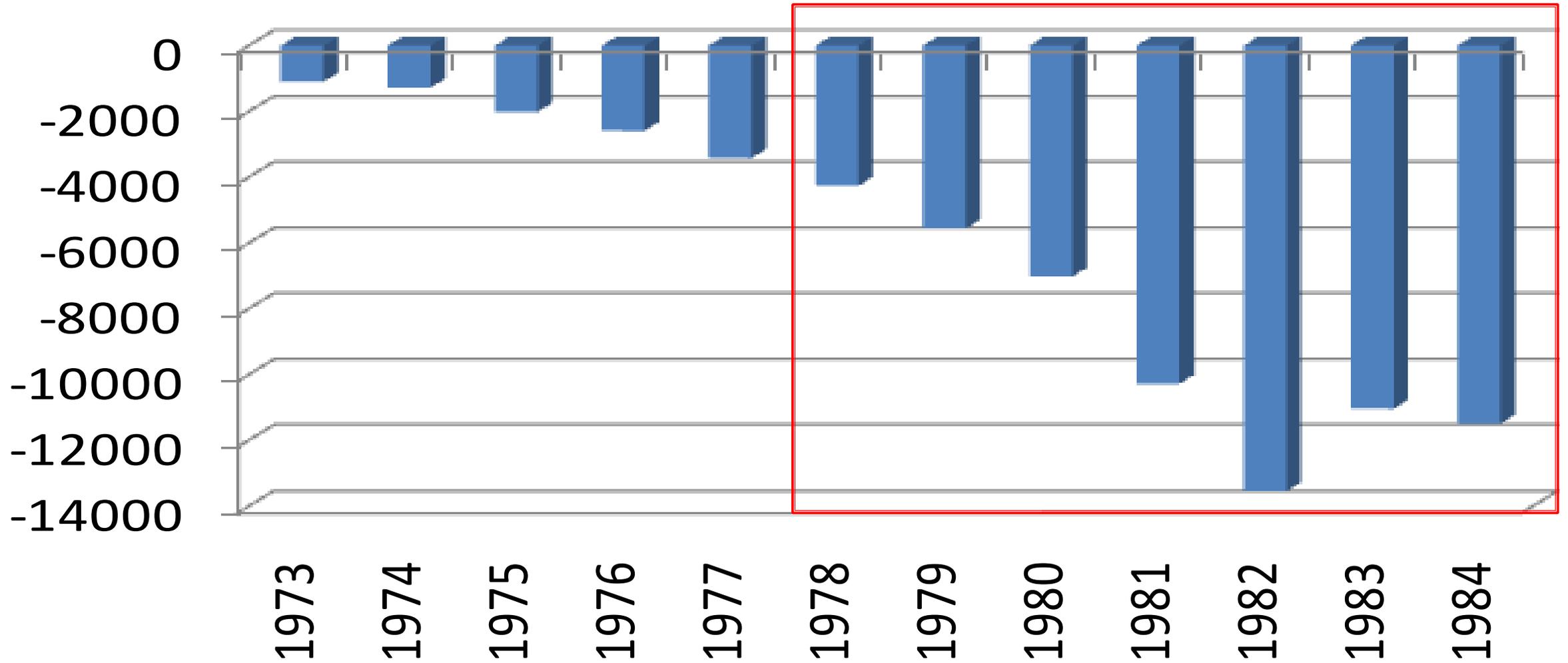
Saldo Comercial em US\$ Milhões



O Governo Figueiredo

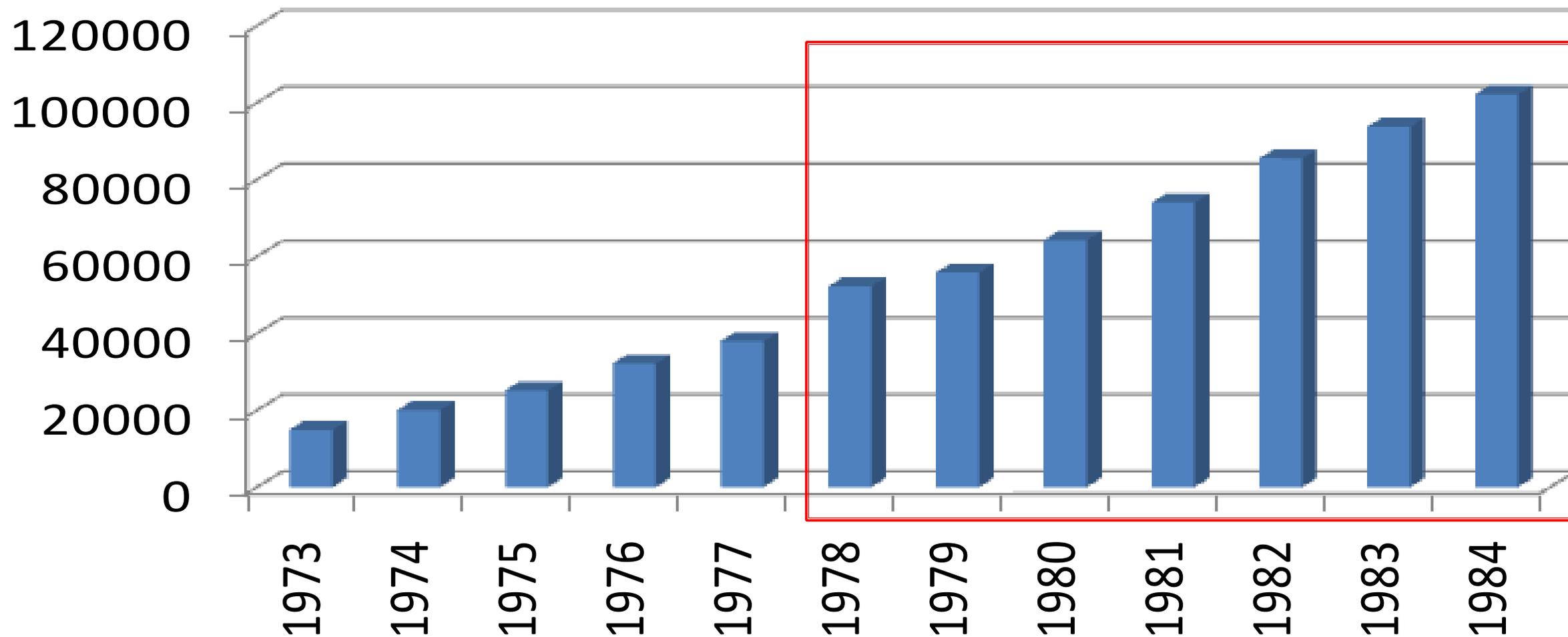
Rendas

(US\$ Milhões)



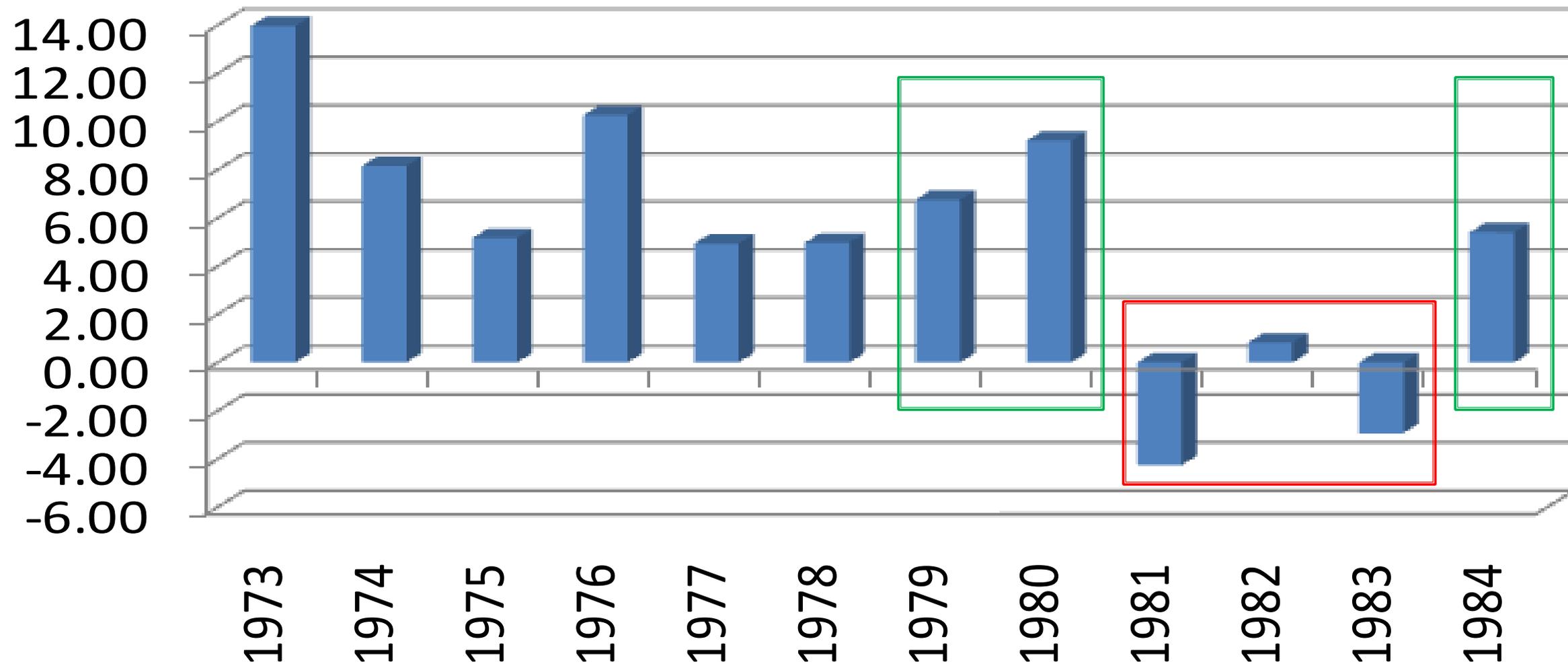
O Governo Figueiredo

■ Dívida externa - US\$(milhões)



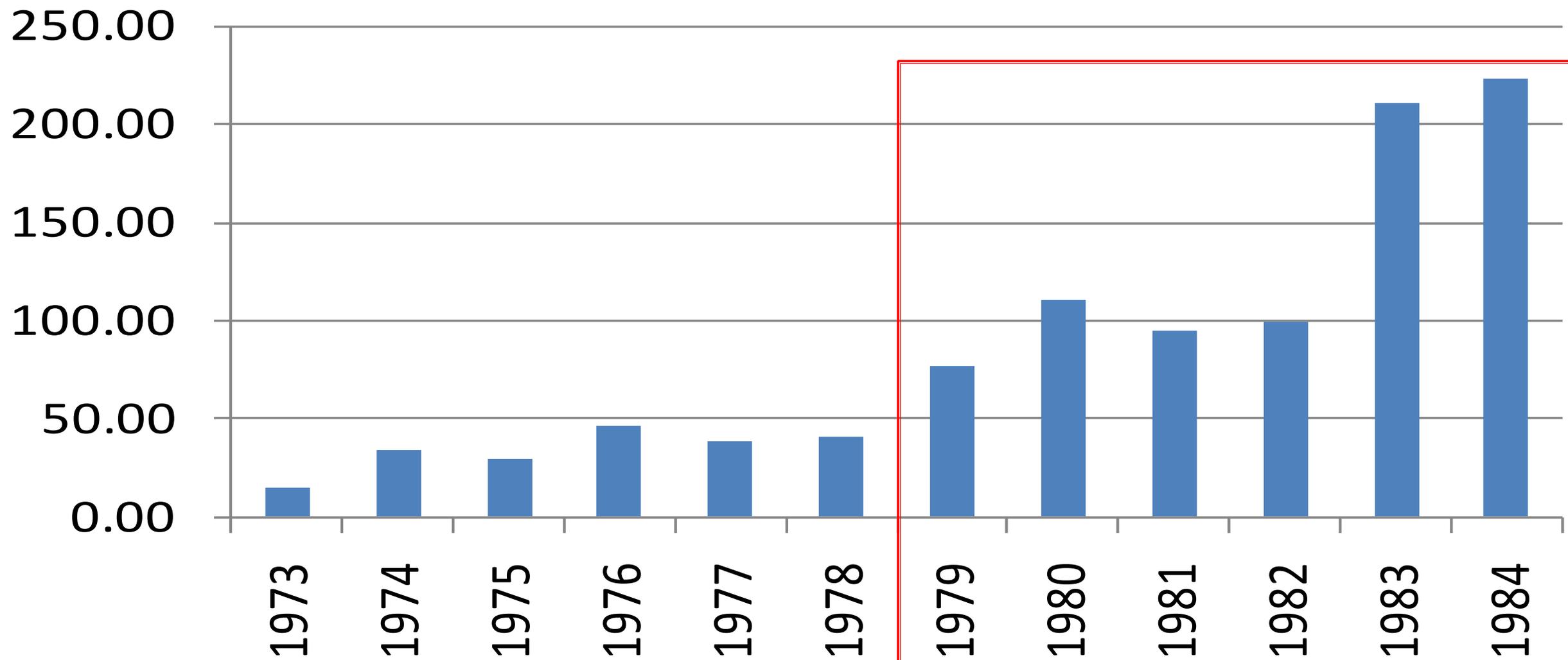
O Governo Figueiredo

■ PIB - var. real - (% a.a.)



O Governo Figueiredo

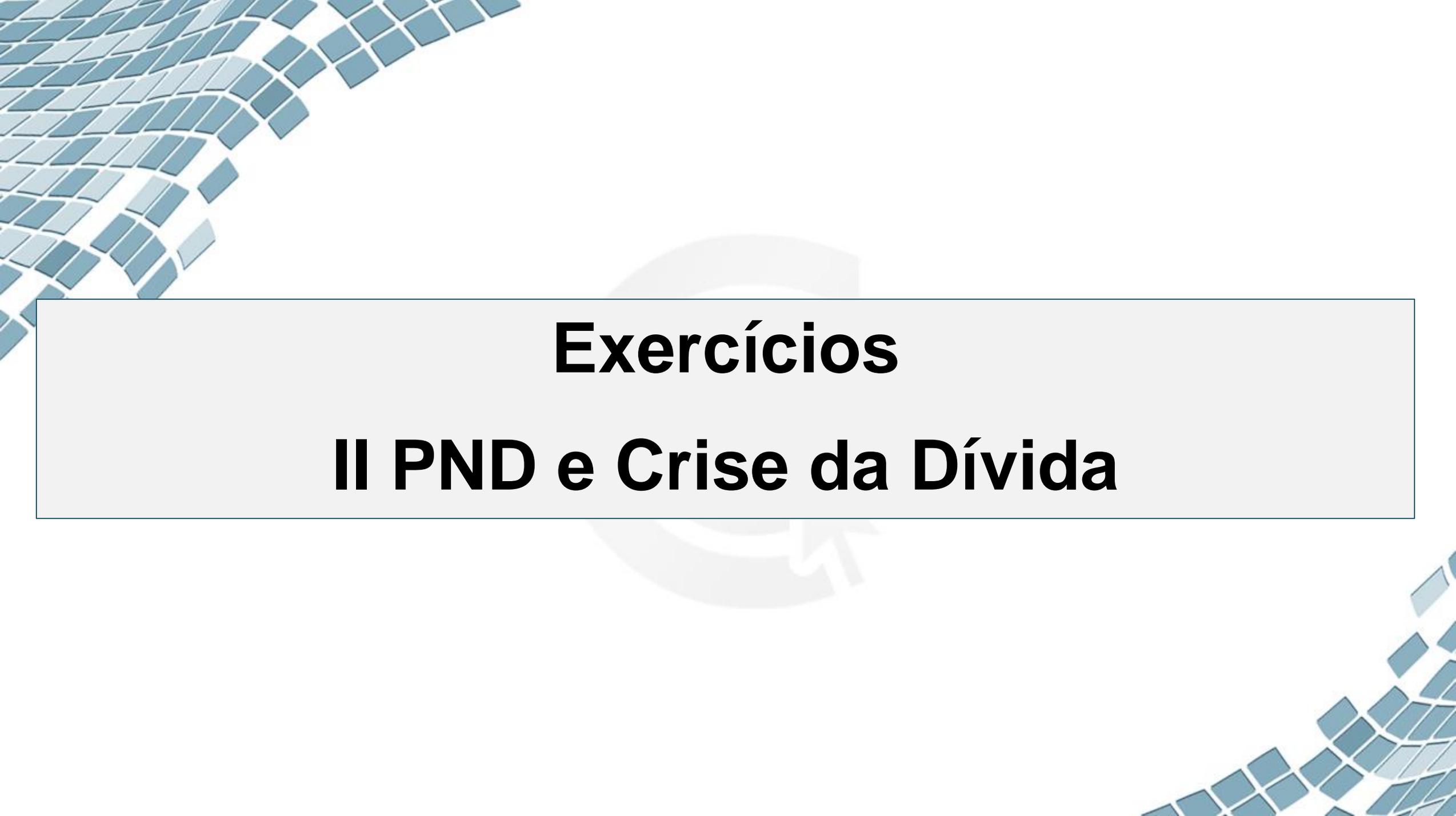
■ Inflação - IGP-DI - (% a.a.)



Questões Discursivas

- 1) II PND → 04/2005 , 03/2010 e 03/2011 (Resposta Unificada)
 - Estratégia do II PND e resultados.

- 2) “Crise da Dívida” → 04/2012
 - Crise de endividamento brasileira e estratégia do FMI.



Exercícios

II PND e Crise da Dívida

QUESTÃO 09 - 2005

- Após o primeiro choque do petróleo em 1973, o Brasil optou por manter uma política de crescimento econômico em vez de ajustar-se ao choque externo pela redução de suas importações. Sobre este período, é correto afirmar que:

0) A opção de manter o crescimento foi responsável pelo grande aumento da dívida externa no período.

Verdadeiro: a estratégia de “ajuste estrutural” escolhida pelo Brasil como resposta ao 1º choque do petróleo fez com que a dívida externa aumentasse de US\$ 14,9 bi para US\$ 55,8 bi entre 73 e 79. Durante o período, a taxa de crescimento foi de 7,1% a.a.

1) As primeiras medidas do Governo Geisel incluíam políticas monetária e fiscal restritivas.

Verdadeiro: inflação corretiva e tentativa de controle monetário, logo abandonado.

2) O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) tinha entre seus objetivos diminuir a dependência do país no setor de energia elétrica.

Falso: dependência de petróleo, aprofundando o processo de substituição de importações.

3) A estratégia de crescimento com endividamento adotada pelo governo ocorreu sob condições adversas da economia mundial, quais sejam o ajuste ao choque do petróleo e a baixa liquidez nos mercados financeiros internacionais.

Falso: a estratégia só foi possível devido ao elevado grau de liquidez internacional.

4) A substituição de importações no governo Geisel foi feita sem incentivos ao setor exportador. **Falso**

O II PND centrava esforços no processo de substituição de importações, expansão do mercado consumidor e elevação das exportações. Esperava-se um crescimento das exportações da ordem de 20% a.a. , exportações concentradas em produtos agrícolas, alumínio e aço.

QUESTÃO 10 - 2005

- A partir do segundo semestre de 1980 a economia brasileira foi submetida a um ajuste externo que teve consequências recessivas até 1983. Sobre este período é correto afirmar:

0) A política econômica esteve voltada para a redução do nível de absorção interna, estimulando as exportações e diminuindo as importações.

Verdadeiro: após o fracasso da “heterodoxia delfiniana” a economia brasileira passa por um período, que foi aprofundado ao final de 82, de contração da demanda agregada, combinada com estímulos às exportações.

1) A política de contenção salarial foi um dos componentes do ajuste externo.

Verdadeiro: a nova política salarial, com reajustes semestrais, previa que os salários superiores a 15 salários mínimos receberiam apenas 80% da inflação (subindexação).

2) O ajuste recessivo contribuiu para a desaceleração da inflação.

Falso: a taxa de inflação em 1983 rompeu a barreira de 200% a.a.

3) A política econômica provocou a queda do nível de investimento na economia.

Verdadeiro: a taxa de investimento começa a cair a partir de 1981.

4) Mesmo com o crescimento dos juros sobre a dívida interna, o controle de gastos do governo garantiu a diminuição do déficit público como porcentagem do PIB.

Falso: as NFSP aumentaram de 6,3% do PIB em 1981 para 7,3% do PIB em 1982. Em 1983, em função do forte aumento da carga tributária, as NFSP foram iguais a 3,3% do PIB.

QUESTÃO 10 - 2006

▪ O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), implementado no Governo Geisel, teve entre seus objetivos:

0) a substituição de importações nos setores de bens de capital e de insumos básicos para a indústria;

Verdadeiro: no caso dos insumos básicos, principalmente nos setores de siderurgia, petroquímica, fertilizantes e celulose. No que se refere aos bens de capital, o foco foi em máquinas e mecânica pesada.

1) a aceleração dos investimentos em prospecção de petróleo, principalmente na bacia de Campos;

Verdadeiro: o grande marco foi a descoberta do Campo de Garoupa, na Bacia de Campos.

2) a elevação da capacidade geradora de energia elétrica, buscando-se viabilizar a expansão da produção de bens com elevado conteúdo energético, a exemplo do alumínio;

Verdadeiro: destacam-se as usinas de Itaipu e Tucuruí. Parte desse esforço visava viabilizar a expansão da produção de alumínio.

3) a redução, a curto prazo, da participação do capital estrangeiro na economia brasileira;

Falso: período marcado por estatização, parcerias com empresas estrangeiras e IDE.

4) a implementação de um plano de ajustamento da economia aos novos preços do petróleo, mediante medidas de racionamento do consumo de derivados.

Falso: ao contrário do ocorrido em outros países, a estratégia brasileira não previa um “ajustamento” ao choque do petróleo.

QUESTÃO 11 - 2006

■ No início dos anos 1980, após o segundo choque do petróleo e sob os efeitos da política americana de fortalecimento do dólar, houve uma interrupção de financiamentos aos países latino-americanos. Sobre esse tema, em relação ao Brasil, é correto dizer que:

0) a interrupção dos fluxos externos de empréstimos foi determinada principalmente pela crise fiscal brasileira;

Falso: foi uma consequência da combinação do 2º choque do petróleo com o aumento das taxas de juros americanas. O problema agravado pela moratória do México, Argentina e Polônia em 1982.

1) a interrupção dos fluxos externos não teve consequências relevantes para a economia brasileira, pois tais recursos não lhe eram essenciais;

Falso: o 2º choque do petróleo e o aumento das taxas de juros externas contribuíram para um forte aumento do déficit em conta corrente. Portanto, o Brasil ficou ainda mais dependente do fluxo externo de capitais.

2) antes do corte abrupto do financiamento externo, com a moratória mexicana, o governo brasileiro já havia iniciado o denominado ajuste externo, mediante políticas restritivas de ordem monetária, fiscal e creditícia;

Verdadeiro: o ajuste se inicia ainda durante o ano de 1980 e se aprofunda após 1982.

3) embora os fluxos externos voluntários tivessem sido drasticamente reduzidos, houve empréstimos ao Brasil para que compromissos de pagamento da dívida externa fossem honrados;

Verdadeiro: os fluxos privados foram substituídos por fluxos oficiais, evitando a moratória da dívida externa brasileira.

4) o ajuste externo imposto à economia deflagrou um processo de reestruturação financeira das empresas nacionais, o que só foi possível porque o Estado absorveu os impactos negativos do ajuste sobre as contas públicas.

Verdadeiro: a Resolução nº 432 do CMN (1977) permitia a troca da dívida com correção cambial por outra ajustada pela correção monetária. Assim, o Banco Central assumia o risco cambial dos empréstimos externos.

QUESTÃO 14 - 2006

- Ao longo dos anos 1970, a responsabilidade pelo endividamento externo passou das empresas privadas para o âmbito do Estado. Sobre esse processo, conhecido como de “estatização” da dívida, é correto dizer:

0) parte da “estatização” da dívida foi feito por empresas estatais, que passaram a endividar-se em dólares para investir;

Verdadeiro: as empresas estatais foram incentivadas a captar recursos externos acima das suas necessidades, se tornando uma fonte de oferta de divisas, para fazer frente aos déficits em conta corrente.

1) uma das razões pelas quais as empresas privadas nacionais demandaram menos crédito externo foi a maior oferta de recursos do BNDE, pois foi vedado às empresas estatais o acesso a tais recursos;

Verdadeiro: as estatais eram utilizadas para a captação de recursos no exterior, não disputando recursos do BNDE com as empresas privadas.

2) o endividamento externo de empresas estatais constituiu a única fonte de recursos para investimentos no âmbito do Estado, já que as contas públicas estavam fortemente comprometidas desde o início do II PND;

Falso: durante grande parte desse período ocorreram superávits primários, com a redução dos gastos correntes e aumento dos investimentos públicos.

3) o endividamento das empresas estatais não teve efeito negativo sobre essas empresas, sobretudo porque os empréstimos externos eram mais baratos que os do BNDE;

Falso: o elevado endividamento, combinado com uma política de contenção de preços das tarifas, minou a saúde de diversas empresas públicas.

4) apenas as empresas estatais que atuavam em serviços endividaram-se com empréstimos externos.

Falso: atingiu empresas de diversos setores.

QUESTÃO 08 - 2008

- O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi crucial para a industrialização brasileira. A respeito do II PND são corretas as afirmativas:

0) Sua justificativa expôs uma visão crítica do “milagre econômico”, alegando que este estimulava o setor de bens de consumo, mas não expandira suficientemente a produção de insumos básicos;

Verdadeiro: durante o milagre o crescimento foi liderado pelo setor de bens de consumo duráveis, elevando a dependência externa em relação aos bens de capital e petróleo.

1) os recursos do BNDE, inflados pelo PIS-PASEP, foram fundamentais para o financiamento dos investimentos das empresas estatais, as quais puderam contar também com a elevada liquidez internacional;

Falso: os recursos do BNDE foram direcionados, principalmente, para o setor privado.

2) estimularam-se a substituição de importações de bens de consumo duráveis, complementando-se o processo iniciado pelo Plano de Metas;

Falso: durante o II PND o foco estratégico da substituição de importações foram os setores de insumos básicos e bens de capital.

3) procurou-se destinar encomendas governamentais de forma a fortalecer o setor nacional de bens de capital;

Verdadeiro

4) os investimentos das empresas estatais foram financiados sobretudo pela elevação de margens de lucro.

Falso: empréstimos externos.

QUESTÃO 09 - 2008

▪ O período 1980-84 foi especialmente difícil para economia brasileira. Sobre este período, é correto afirmar que

0) as políticas restritivas de demanda, adotadas em 1981, tiveram efeito praticamente nulo sobre a taxa de inflação.

Verdadeiro: como vimos, a inflação se manteve no patamar de 100% a.a. entre 81 e 82.

1) as necessidades de financiamento do balanço de pagamentos levaram o governo a recorrer ao FMI antes das eleições de 15 de novembro de 1982.

Falso: as negociações foram adiadas para depois das eleições diretas para governador e vereador. O Brasil recorreu ao FMI no final do ano de 1982, mas a primeira carta de intenções foi assinada no início de 1983 (janeiro).

2) em 6 de janeiro de 1983, o governo brasileiro submeteu a primeira carta de intenções ao FMI e que, nos 24 meses subsequentes, sete cartas de intenções foram examinadas pela direção do Fundo.

Verdadeiro

3) graças à abertura democrática, o salário mínimo preservou seu valor em termos reais.

Falso: caiu durante o período.

4) o ajustamento externo da economia, foi bem sucedido por ter gerado vultosos superávits comerciais e alcançado o equilíbrio da conta corrente do balanço de pagamentos.

Verdadeiro: a combinação de recessão com desvalorizações cambiais permitiu a geração de elevados superávits comerciais em 83 e 84, fazendo com que a conta corrente apresentasse um ligeiro superávit de US\$ 95 milhões em 1984.

QUESTÃO 8 - 2009

- No que se refere ao II PND, implementado durante o governo Geisel, Antônio Barros de Castro afirma o seguinte:

0) em vista do primeiro choque do petróleo, esse plano alertava para a necessidade de forte ajuste da demanda, acompanhado de desvalorização cambial para fazer frente ao desequilíbrio externo;

Falso: esta foi a escolha de diversos países industrializados; ajuste conjuntural. Entretanto, não foi a escolha brasileira.

1) apesar da desaceleração ocorrida, esse plano permitiu que a economia crescesse no período 1974/1980 à mesma taxa histórica do pós-guerra, de 7% em média ao ano;

Verdadeiro: entretanto, com aceleração da taxa de inflação e forte crescimento da dívida externa.

2) as empresas nacionais privadas se constituíram no principal agente econômico de sua execução;

Falso: grande participação das empresas públicas na FBKF.

3) além de completar a matriz industrial brasileira, esse plano teve por objetivo enfrentar problemas no balanço de pagamentos do país, em particular melhorar a balança comercial, por meio da substituição de importações;

Verdadeiro: o II PND pretendia promover a substituição de importações e, com isso, ampliar as exportações, além de aumentar o consumo de massas.

4) para completar a matriz industrial do país, priorizou o desenvolvimento dos segmentos industriais produtores de bens de consumo duráveis.

Falso: como vimos, insumos básicos e bens de capitais.

QUESTÃO 9 - 2009

▪ Com relação ao ajuste do balanço de pagamentos, ocorrido na primeira metade da década de 1980, pode-se afirmar que:

0) um dos seus elementos centrais foi o estímulo às exportações, por meio da adoção de uma política de desvalorização cambial;

Verdadeiro: a máxima desvalorização de 30% em 1983 contribuiu para a expansão das exportações e contração das importações.

1) como resultado de sua aplicação, a economia brasileira voltou a apresentar taxas de crescimento acima de 7% ao ano, entre 1983 e 1985;

Falso: a taxa média de crescimento no período 83-85 foi 3,3% a.a.

2) um dos fatores que permitiu o ajuste da balança comercial foi a melhoria observada nas relações de troca entre 1978 e 1983;

Falso: houve uma deterioração dos termos de troca, principalmente por conta do aumento do preço do petróleo e da queda do preço de importantes itens da pauta de exportações brasileiras (*commodities*), em virtude da recessão mundial.

3) obrigado a recorrer ao FMI, no final de 1982, o Brasil firmou diversas cartas de intenção a partir deste ano, conseguindo cumprir, na maioria das vezes, todas as metas fixadas, o que lhe garantiu os empréstimos e avais necessários para a não decretação da moratória, a despeito do quadro crítico das contas externas;

Falso: o Brasil recorreu ao FMI no final de 1982, assinando a primeira de sete cartas de intenção na década de 80 em janeiro de 1983. Algumas metas foram atingidas, mas as metas de inflação e déficit público foram sistematicamente descumpridas.

4) impactou positivamente no saldo da balança comercial, de início por intermédio do aumento das exportações e, posteriormente, em virtude da redução das importações, devido à maturação dos investimentos do II PND.

Falso: as exportações se reduziram em 1982. A recuperação se deu a partir de 1983, por conta da maxidesvalorização cambial, combinada com a maturação dos projetos de investimento do II PND.

QUESTÃO 10 - 2012

▪ Na década de 1980, problemas associados ao balanço de pagamentos se acentuaram na economia brasileira. Caracteriza(m) esse período:

0) a elevação significativa da participação dos juros nos déficits de transações correntes verificados.

Verdadeiro: o forte crescimento da dívida durante a década de 1970, combinada com o forte aumento dos juros ao final da década, fez com que as despesas com juros (conta corrente) aumentassem muito no início da década de 1980 (a conta de rendas apresentava um déficit de US\$1,1 bi e um déficit de US\$ 13,5 bi em 1982).

1) a elevação da taxa de juros internacional a partir de 1985, após ter permanecido baixa nos primeiros anos da década.

Falso: a taxa de juros americana começa a se elevar ao final da década de 1970 (1979), atingindo 17% em 1981 (taxa básica de juros americana – *prime rate*).

2) a elevação da transferência líquida de recursos reais para o exterior, para pagamento de parte da soma dos serviços e amortizações da dívida externa.

Verdadeiro: a TLRRE é dada pelo resultado positivo das exportações líquidas de bens e serviços não-fatores.

3) o programa oficial de ajuste externo acordado entre o Governo Brasileiro e o Fundo Monetário Internacional em 1981, prevendo metas de superávit comercial em 1982.

Falso: o acordo foi assinado em 1983.

4) a queda do financiamento externo para as estatais, que havia sido importante para os investimentos dessas empresas na década de 1970.

Verdadeiro

QUESTÃO 11 - 2014

▪ A economia brasileira gerou saldos positivos na balança comercial na década de 1980. Tais saldos:

0) foram favorecidos pela desvalorização cambial real da moeda brasileira.

Verdadeiro: maxidesvalorizações de 79 e 83 e maturação dos projetos de investimento do II PND.

1) foram favorecidos pelo aumento do preço das *commodities* no mercado mundial, principalmente depois do aumento da demanda chinesa por produtos primários.

Falso: os termos de troca se deterioraram durante o período. Quanto a China, no início da década de 80 nosso comércio com os chineses era desprezível.

2) foram favorecidos pela maturação dos projetos do II PND, que aumentaram a capacidade produtiva da indústria brasileira de bens intermediários.

Verdadeiro

3) foram favorecidos pela recessão da economia nacional, que permitiu que parte da demanda interna por bens intermediários fosse orientada para exportação.

Verdadeiro (discordância): as exportações não dependem da renda doméstica.

4) foram grandes a ponto de permitir a contração do estoque da dívida externa a partir de 1984.

Falso: a conta corrente foi ajustada em 1984, mas a dívida externa ficou praticamente constante em 1983, relativamente a 1982 (pouco mais de US\$ 100 bi).